

Fazendeiros tentam barrar demarcação no Pará

Eles prometem resistir às tentativas de retirá-los das áreas que pertencem à reserva Baú, dos índios caiapós

CARLOS MENDES
Especial para o Estado

BELÉM — O clima de tensão está aumentando nos municípios de Altamira e Novo Progresso, no sudoeste do Pará. É lá que está localizada a reserva indígena Baú, dos índios caiapós, com cerca de 1,8 milhão de hectares — riquíssimos em madeira e minérios. Uma parte da reserva, em torno de 400 mil hectares, está ocupada por fazendeiros e madeireiros, que não aceitam a demarcação da área e prometem resistir a qualquer tentativa das autoridades para retirá-los de lá.

O Ministério da Justiça, baseado numa sentença do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de 2001, vem tentando sem sucesso a desocupação da área. Na semana passada, mais de 40 agentes da Polícia Federal de Brasília,

técnicos e agrônomos da Fundação Nacional do Índio (Funai) tiveram uma desagradável surpresa ao desembarcar no município de Novo Progresso para finalmente iniciar a demarcação: foram recebidos com hostilidade, estampada em faixas espalhadas pela cidade, e até ameaças de atentado.

“Daqui ninguém sai. Só morto”, garantiu aos agentes federais o ex-prefeito do município e empresário Neri dos Prazeres, que lidera fazendeiros e madeireiros nas ações contra a demarcação. Os policiais federais chegaram a montar barreiras ao longo de 700 quilômetros de estradas da região para garantir o trabalho dos técnicos da Funai, mas tiveram de desistir diante das pressões.

Argumento — A decisão do Ministério da Justiça benefi-

cia um reduzido grupo de 120 índios caiapós — o que é sempre lembrado pelos representantes dos proprietários rurais em suas argumentações. Afirmam que com a demarcação cada caiapó será dono de 15.400 hectares.

Ao conversar com fazendeiros e representantes da prefeitura de Novo Progresso, na semana passada, o procurador da Funai, César Lima do Nascimento, foi claro: a margem esquerda do Rio Curuá, onde estão as fazendas, serrarias e dois assentamentos do Incra, também faz parte da reserva caiapó.

O produtor rural Agamenon Oliveira previu um verdadeiro caos na região se as 3.500 famílias que vivem na área reivindicada pelos índios tiverem de sair. Boa par-

te delas chegou ali no fim dos anos 70 e início dos 80, com o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e foi instalada numa faixa de terra devoluta, agora incorporada à reserva.

Indenização

— Segundo a Funai, os proprietários serão indenizados, mas as propostas neste sentido também têm sido recusadas. “Vão calcular cada indenização pelo menor valor. Isso não interessa a

ninguém”, argumentou Neri dos Prazeres.

Oliveira acusou a Funai de estar estimulando a violência na área e previu a radicalização do conflito: “As famílias não sairão e vão defender suas terras com a própria vida.”

As famílias não sairão e defenderão suas terras com a própria vida

Agamenon Oliveira, produtor rural

O impasse sobre a demarcação da reserva Baú já dura 14 anos. Em 1989, após demorados estudos sobre a presença dos indígenas na região, a Funai decidiu aumentar o tamanho da reserva para o lado esquerdo do Rio Curuá, onde já viviam agricultores e fazendeiros. Mas a decisão foi adiada até o ano 2000, quando os caiapós seqüestraram 16 turistas que estavam pescando na área da reserva e exigiram do governo que oficializasse a ampliação da reserva. O então presidente Fernando Henrique Cardoso assinou um decreto atendendo à reivindicação — que já foi contestado na Justiça pelos fazendeiros, sem sucesso.

Novo Progresso não passava de um vilarejo com pouco mais de 3 mil habitantes. Hoje, tem mais de 50 mil e inúmeros problemas, como migração desordenada, grilagem de terras e exploração ilegal de madeira, principalmente mogno. Progresso queria incluir os 400 mil hectares como parte da área territorial do município.

